

Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A.

CNPJ: 21.619.125/0001-74

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Com relatório dos auditores independentes

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes	4
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores acionistas, a Administração da Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2023.

Diretoria Executiva	Descrição do Cargo
Fabio Destefani Campos	Diretor-Presidente
Fabio Destefani Campos	Diretor de Operação e Manutenção
Camilo Rebollo Couto	Diretor de Construção
Mara Ayesha Lopez Berrios	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle

Relações com Investidores

Fábio Romanin

Contador Responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 1º de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Nagib Mattar Neto
Contador CRC RJ-116077/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2022	31.12.2021
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.366	4.228
Títulos e valores mobiliários		13	11
Contas a receber de clientes	4	9.824	8.216
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	5	2.724	3.906
Outros tributos compensáveis		2.260	1.508
Outros créditos		1.236	1.385
Total do ativo circulante		24.423	19.254
<u>Ativo não circulante</u>			
Tributos diferidos		9.219	5.602
Instrumentos financeiros derivativos	17	104.468	169.506
Imobilizado	6	562.551	584.419
Intangível		4.863	5.039
Total do ativo não circulante		681.101	764.566
Total do ativo		705.524	783.820

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	7	29.759	27.907
Empréstimos e financiamentos	8	46.726	38.556
Salários, provisões e encargos sociais		78	78
Outras obrigações fiscais		2.144	877
Encargos setoriais		41	40
Ressarcimento mercado regulado	9	2.657	18.562
Instrumentos financeiros derivativos	17	3.986	2.983
Redução de capital	11	48.835	-
Outras obrigações		917	1.373
Total do passivo circulante		135.143	90.376
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	8	284.589	385.013
Provisão para desmantelamento		931	925
Total do passivo não circulante		285.520	385.938
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	11	408.950	407.279
Capital social (a integralizar)		(40.900)	(1.530)
Reserva de incentivo fiscal		4.605	-
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial		289	(2.317)
Prejuízos acumulados		(88.083)	(95.926)
Total do patrimônio líquido		284.861	307.506
Total do passivo e do patrimônio líquido		705.524	783.820

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita líquida	12	75.875	46.008
Custo do serviço	13	(35.986)	(27.783)
Lucro bruto		39.889	18.225
Despesas operacionais	13		
Despesas gerais e administrativas		(3.525)	(3.741)
Total despesas operacionais		(3.525)	(3.741)
Resultado do serviço		36.364	14.484
Resultado financeiro	14		
Receitas financeiras		89.317	65.659
Despesas financeiras		(113.834)	(57.336)
Total do resultado financeiro		(24.517)	8.323
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		11.847	22.807
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	(7.769)	(537)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	3.766	(7.194)
Incentivo Fiscal	15	4.604	389
		601	(7.342)
Lucro líquido do exercício		12.448	15.465

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	12.448	15.465
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	2.755	(3.428)
Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	(149)	-
	2.606	(3.428)
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	15.054	12.037

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social		Reserva de lucro			Total
	Capital subscrito	(-) a integralizar	Reserva de incentivo fiscal	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	407.279	(8.800)	-	(111.391)	1.111	288.199
Integralização de capital	-	7.270	-	-	-	7.270
Lucro líquido do exercício	-	-	-	15.465	-	15.465
Perda em instrumentos financeiros	-	-	-	-	(3.428)	(3.428)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	407.279	(1.530)	-	(95.926)	(2.317)	307.506
Aumento de capital	102.671	(102.671)	-	-	-	-
Redução de capital	(101.000)	52.165	-	-	-	(48.835)
Integralização de capital	-	11.136	-	-	-	11.136
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.448	-	12.448
Ganho em instrumentos financeiros	-	-	-	-	2.755	2.755
Impostos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros	-	-	-	-	(149)	(149)
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	4.605	(4.605)	-	-
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	408.950	(40.900)	4.605	(88.083)	289	284.861

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2022	31.12.2021
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	12.448	15.465
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Dívida - Marcação a mercado	-	(10.957)
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	10.434	9.159
Depreciação e amortização	22.490	22.552
Atualização financeira - desmantelamento	98	227
Juros e variações monetárias	(41.082)	18.603
Apropriação dos custos de transação	636	636
Ajuste a valor de mercado	(20.792)	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	66.041	(22.803)
Tributos e contribuições social diferidos	(3.766)	12.619
Incentivo fiscal Sudene	(4.604)	(389)
Imposto de renda e contribuição social correntes	7.769	537
Redução (aumento) dos ativos:		
Contas a receber de clientes	(1.608)	4.880
Imposto de renda e contribuições sociais compensáveis	1.182	(1.649)
Outros tributos compensáveis	(752)	(247)
Outros créditos	149	(122)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	1.852	(36.879)
Salários, provisões e encargos sociais	-	78
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(1.680)	367
Ressarcimento mercado regulado	(15.905)	8.805
Outras obrigações fiscais	1.267	(1.157)
Encargos setoriais	1	40
Redução de capital	48.835	-
Outras obrigações	(454)	1.148
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.485)	(647)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos, deduzidos do juros capitalizados	(8.021)	(9.265)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	73.053	11.001
Atividades de investimentos:		
Adições para imobilizado	(540)	(203)
Títulos e valores mobiliários	(2)	(11)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(542)	(214)
Atividades de financiamentos:		
Aumento (redução) de capital	(48.835)	-
Integralização de capital	11.136	7.270
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(33.429)	(30.264)
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	2.755	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	(68.373)	(22.994)
Variação no caixa líquido da Companhia	4.138	(12.207)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4.228	16.435
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	8.366	4.228

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A. (“Companhia”) foi constituída em 6 de novembro de 2014, com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem solar, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social, inclusive deter participação social no capital social de outras sociedades seja como acionista ou quotista.

A Companhia explora o potencial solar de 28 MW no município de Taboca do Brejo, Estado da Bahia, que foi objeto do Leilão nº 08/2014-ANEEL, com contrato vigente até 11 de maio de 2050.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 1º de março de 2023.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para a política contábil atualmente utilizada pela Companhia:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover <i>guidance</i> para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 15 - Combinação de negócios	Referências à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As práticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que estão sujeitas a estimativas incluem: perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para processos judiciais e instrumentos financeiros.

Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa se referem aos recursos mantidos em caixa e em conta corrente com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e contas correntes bancárias	42	792
Aplicações financeiras		
Operações compromissadas	8.324	3.436
Total	8.366	4.228

As aplicações financeiras referem-se a investimentos em produtos de renda fixa, de baixo risco, com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados pelo Certificado de Depósito bancário ("CDB"), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo. Os investimentos em Operações Compromissadas foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em média, a 80% do CDI (80% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

4. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com suprimento de energia faturado, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	A vencer	Vencidos mais de 90 dias	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
	Mecanismo de Curto Prazo - MCP	898	333	1.231
Suprimento de energia - ACR - Ambiente de contratação regulado	6.283	-	6.283	5.863
Ressarcimento - ACR - Ambiente de contratação regulado	1.053	-	1.053	-
Contas a receber - partes relacionadas (nota 16)	-	1.326	1.326	1.326
	8.234	1.659	9.893	8.285
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	(69)	(69)	(69)
Total	8.234	1.590	9.824	8.216

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As transações de energia com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Mecanismo de Curto Prazo – MCP e Ambiente de Contratação Regulado - ACR) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL, e normalmente liquidadas em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos, bem como, a expectativa de perda futura utilizando como base a probabilidade de perda determinada individualmente proposta no modelo utilizado, que atende à abordagem geral e simplificada estabelecida pelo CPC 48.

Este modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias, determinação e mudança de risco de crédito individual no cálculo da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa para cada cliente.

Neste modelo a Administração determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”), os percentuais de perda esperada de crédito ora aplicados aumentam a medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da entidade e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A Companhia não constituiu provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE, em razão das garantias envolvidas nas operações reguladas. Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Não ocorreram provisões ou reversões de PECLD para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

5. Impostos a recuperar

	31.12.2022	31.12.2021
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis		
Imposto de renda	2.537	3.160
Contribuição social	-	746
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	187	-
Total	2.724	3.906

6. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as quais se encontram alinhadas com os critérios previstos na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016), limitada ao período de autorização.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras. Maiores detalhes na nota explicativa nº 15.

O saldo do ativo imobilizado está composto, basicamente, pelo custo de aquisição de máquinas e equipamentos, compostos principalmente por aerogeradores e turbinas que compõem a infraestrutura operacional da Companhia, edificações, obras civis e benfeitorias.

Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Em 31 de dezembro de 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação do ativo imobilizado no exercício está demonstrada a seguir:

	31.12.2021	Adição	Depreciação / amortização	Desmantelamento	Transferência	31.12.2022
Imobilizado em serviço						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	139.968	-	-	(92)	58	139.934
Máquinas e equipamentos	524.775	-	-	-	(524.775)	-
Instalações técnicas/mecânicas - solar	-	-	-	-	524.911	524.911
	664.743	-	-	(92)	194	664.845
Depreciação acumulada						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(17.076)	-	(4.663)	-	-	(21.739)
Máquinas e equipamentos	(67.183)	-	-	-	67.183	-
Instalações técnicas/mecânicas - solar	-	-	(17.498)	-	(67.183)	(84.681)
	(84.259)	-	(22.161)	-	-	(106.420)
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	1.236	499	-	-	(194)	1.541
	1.236	499	-	-	(194)	1.541
Total do imobilizado	581.720	499	(22.161)	(92)	-	559.966
Ativo de direito de uso						
Terrenos	2.699	-	(114)	-	-	2.585
	2.699	-	(114)	-	-	2.585
Total	584.419	499	(22.275)	(92)	-	562.551

	31.12.2020	Adição	Depreciação / amortização	Desmantelamento	Transferência	31.12.2021
Imobilizado em serviço						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	142.191	-	-	(2.432)	209	139.968
Máquinas e equipamentos	524.462	-	-	-	313	524.775
Equipamentos de informática, telefonia e sistema de segurança	77	-	-	-	(77)	-
	666.730	-	-	(2.432)	445	664.743
Depreciação acumulada						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(12.338)	-	(4.738)	-	-	(17.076)
Máquinas e equipamentos	(49.678)	-	(17.505)	-	-	(67.183)
	(62.016)	-	(22.243)	-	-	(84.259)
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	1.478	203	-	-	(445)	1.236
	1.478	203	-	-	(445)	1.236
Total do imobilizado	606.192	203	(22.243)	(2.432)	-	581.720
Ativo de direito de uso						
Terrenos	2.814	-	(115)	-	-	2.699
	2.814	-	(115)	-	-	2.699
Total	609.006	203	(22.358)	(2.432)	-	584.419

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados são as seguintes:

Administração	%
Barragens e adutoras	4,17%
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	2,50%
Máquinas e equipamentos	1,33%
Instalações técnicas/mecânicas - solar	2,50%
Equipamentos de informática, telefonia e sistema de segurança	0,42%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com a vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2022:

Ativo de direito de uso	Prazo médio remanescente (anos)
Terrenos	23,17

7. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de fornecedores é composto, basicamente, pelas obrigações a pagar aos fornecedores relacionados às atividades operacionais da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	32.658	412.999	445.657
Encargos provisionados	9.159	-	9.159
Encargos pagos	(9.265)	-	(9.265)
Varição cambial	(163)	18.766	18.603
Transferências	35.795	(35.795)	-
Amortizações	(30.264)	-	(30.264)
Ajuste a valor de mercado	-	(10.957)	(10.957)
Custo de transação	636	-	636
Saldo em 31 de dezembro de 2021	38.556	385.013	423.569
Encargos provisionados	10.434	-	10.434
Encargos pagos	(8.021)	-	(8.021)
Varição cambial	(41.082)	-	(41.082)
Transferências	79.632	(79.632)	-
Amortizações	(33.429)	-	(33.429)
Ajuste a valor de mercado	-	(20.792)	(20.792)
Custo de transação	636	-	636
Saldo em 31 de dezembro de 2022	46.726	284.589	331.315

As principais características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Descrição	Moeda	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	31.12.2022
Bank of China LTD - Milan Branch	USD	75.415	30/03/2017	01/12/2031	LIBOR-06 + 1,764705%	Semestral	Semestral	75.415	CAPEX	89.264
Santander Madrid	USD	72.458	30/03/2017	01/12/2031	LIBOR-06 + 1,764705%	Semestral	Semestral	72.458	CAPEX	80.041
Proparco	EUR	151.188	22/12/2017	15/06/2032	Fixo + 2,28%	Semestral	Semestral	151.188	CAPEX	162.010
										331.315

A curva de amortização da dívida não circulante se apresenta da seguinte forma:

2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
42.020	37.376	32.733	32.733	139.727	284.589

Garantias

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações, o contrato conta com as seguintes garantias:

- A controladora indireta Enel S.p.A. como garantidora;

Cláusulas restritivas

Contratos	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido	Periodicidade de Apuração dos Índices	Entidade
Empréstimos e financiamentos:				
Santander Madrid / Bank of China	Dívida Financeira / Patrimônio Líquido	2,33	Anual	Santander Madrid / Bank of China
Proparco	Dívida Financeira / Patrimônio Líquido	1,13	Anual	Proparco

- (i) Dívida Financeira para fins de cálculo dessa obrigação refere-se a: (a) qualquer Endividamento Financeiro decorrente de qualquer Documento Financeiro; (b) Endividamento Financeiro decorrente de uma transação de câmbio para entrega à vista ou a termo celebrado com vistas à proteção contra flutuação nas taxas de câmbio no caso de exposição cambial no curso normal dos negócios do Mutuário, mas não em uma transação de câmbio para investimento ou fins especulativos; (c) Endividamento Financeiro permitido pela cláusula 19.16 (Transações da Tesouraria); (d) qualquer Endividamento Financeiro incorrido com o consentimento dos credores majoritários acima do limite estabelecido no último parágrafo acima;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A cláusula restritiva estabelece que a Companhia só pode contratar novas dívidas caso esteja cumprindo a relação dívida líquida/equity estabelecida na cláusula contratual, ou seja, só será verificado o cumprimento do índice em caso de contratação de novos empréstimos.

9. Ressarcimento mercado regulado

Em 2022, a Companhia possui passivo circulante de R\$ 2.657 (R\$ 18.562, em 2021) referentes ao ressarcimento do mercado regulado. Os ressarcimentos apurados são determinados em função dos Contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado (CCEAR) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia Nova (LEN), Leilões de Fontes Alternativas (LFA) e Leilões de Energia Existente (LEE), e dos Contratos de Energia de Reserva (CER) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia de Reserva (LER).

As regras de “Medição Contábil” e “Garantia Física” desses contratos fornecem as informações para cálculo dos recursos energéticos comprometidos com os contratos por disponibilidade. Estas informações são utilizadas para apuração das eventuais infrações relacionadas basicamente às indisponibilidades e aos déficits de geração relacionados às usinas não hidráulicas que atendem os produtos associados a estes contratos.

Os pagamentos e recebimentos, devidos a título de ressarcimento, calculados segundo regras de “Medição Contábil” e “Garantia Física” são utilizados na consolidação dos resultados dos agentes envolvidos na contratação por disponibilidade visando a liquidação financeira destas quantias de forma a atender o disposto nos contratos. A dinâmica de apuração do ressarcimento é anual e quadrienal.

O mecanismo de apuração anual segue as regras de comercialização que estabelecem que a produção de energia não entregue deve ser considerada de acordo com o valor médio anual contratado (“flat”). Este mecanismo visa realizar o acerto financeiro em virtude da diferença positiva entre o montante contratado e o montante gerado no período de apuração correspondente à receita fixa anual paga (ciclo contratual).

10. Provisão para processos judiciais

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando a Companhia (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

16

16.1

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a Companhia não está envolvida em ações judiciais em que a probabilidade de perda foi julgada como possível e provável.

11. Patrimônio líquido

11.1 Capital social

O capital social é de R\$ 408.942 (R\$ 407.271 em 2021), parcialmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022		31.12.2021	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	408.942.030	100,00%	407.271.530	100,00%
Minotirários	7.613	0,00%	7.613	0,00%
Total	408.949.643	100,00%	407.279.143	100,00%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi aprovado aumento de capital no valor de R\$ 102.671, mediante a emissão de 102.670.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e parcialmente integralizado pela Controladora. No mesmo exercício, foi efetivada a redução do capital da Companhia, por considerá-lo excessivo, no montante de R\$ 101.000, deduzindo R\$ 52.165 do saldo a integralizar, com cancelamento de 101.000.000 de ações detidas pela controladora Enel Brasil S.A. A restituição do valor das ações será efetuada em uma ou mais parcelas até 31 de dezembro de 2023.

11.2 Reserva de incentivo fiscal

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia utilizou o benefício de redução do imposto de renda da SUDENE, e constituiu reserva de incentivo fiscal de R\$ 4.605. Em 31 de dezembro de 2021, não houve constituição de reserva.

11.3 Distribuição de resultado

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta lucro líquido de R\$ 12.449 (R\$ 15.465 em 31 de dezembro de 2021), que foi absorvido parcialmente pelo saldo de prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido do exercício	12.449	15.465
Absorção de prejuízos acumulados	(7.844)	(15.465)
(-) Reserva incentivos fiscais	(4.605)	-
	-	-

12. Receita líquida

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece o modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2022	2021
Suprimento de energia elétrica	83.981	51.013
	83.981	51.013
<u>Deduções da receita</u>		
Cofins	(6.397)	(3.877)
Pis	(1.389)	(842)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(320)	(286)
	(8.106)	(5.005)
Total	75.875	46.008

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



13. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

	2022			2021		
	Custo do serviço	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo do serviço	Despesas gerais e administrativas	Total
Material	(397)	-	(397)	(278)	(1)	(279)
(-) Capitalização dos custos de material	22	-	22	-	-	-
Serviços de terceiros	(820)	(2)	(822)	(1.138)	(126)	(1.264)
Serviços de terceiros partes relacionadas (nota 16)	-	(3.567)	(3.567)	-	(3.518)	(3.518)
Energia elétrica comprada para revenda	(10.715)	-	(10.715)	(1.209)	-	(1.209)
Encargos de uso de rede elétrica	(1.740)	-	(1.740)	(1.945)	-	(1.945)
Depreciação e amortização	(22.468)	(1)	(22.469)	(22.552)	-	(22.552)
Transporte de potência de energia	(14)	-	(14)	(99)	-	(99)
Transporte de potência de energia - partes relacionadas (nota 16)	(19)	-	(19)	(20)	-	(20)
Seguros	(841)	-	(841)	(645)	-	(645)
Outras receitas (despesas)	1.006	45	1.051	103	(96)	7
Total	(35.986)	(3.525)	(39.511)	(27.783)	(3.741)	(31.524)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



14. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	794	906
Variação cambial	2.241	3.774
Variação cambial realizada	12.222	11.261
Variação cambial de dívida	53.305	8.876
Atualização de créditos tributários	-	(33)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	-	16.212
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	20.791	23.996
Outras receitas financeiras	1	709
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(37)	(42)
	89.317	65.659
Despesas financeiras		
Variação cambial	-	(3.560)
Variação cambial realizada	-	(7)
Variação cambial de dívida	(12.223)	(27.479)
Custo de transação	(636)	(636)
Encargos de dívidas	(10.434)	(9.159)
Atualização de impostos e multas	(56)	(153)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	(53.304)	(8.874)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(22.431)	(6.922)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(75)	(52)
Atualização financeira desmantelamento	(99)	(227)
Outras despesas financeiras	(6)	(267)
	(113.834)	(57.336)
Total	(24.517)	8.323

15. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2022		2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(1.101)	(2.063)	(389)	(148)
Diferidos	2.769	997	(7.194)	-
	1.668	(1.066)	(7.583)	(148)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	11.847	11.847	22.807	22.807
Adições:				
Provisões	(28)	(28)	-	-
Variação Cambial Não Realizada	(2.241)	(2.241)	-	-
Ajuste a valor justo	16.209	16.209	-	-
IFRIC 16 (AVP)	114	114	-	-
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(2.980)	(2.980)	-	-
Total	11.074	11.074	-	-
Base de cálculo	22.921	22.921	22.807	22.807
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(5.706)	(2.063)	(5.696)	(2.053)
Variação cambial	-	-	53	18
Derivativos	-	-	5.085	1.806
Despesas operacionais não dedutíveis	-	-	(7)	(2)
Compensações de prejuízos fiscais	-	-	326	109
Outros	-	-	(149)	(26)
Benefício fiscal Sudene - Redução do IRPJ	4.605	-	388	-
Total	(1.101)	(2.063)	-	(148)

Incentivo fiscal

A Companhia tem reconhecido o direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração para a atividade de geração de energia, cujo empreendimento está instalado em área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. O laudo constitutivo foi aprovado em 2019 com o período de fruição do benefício de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2028, em conformidade com o despacho decisório da RFB. Para o período findo em 31 de dezembro de 2022 o benefício apurado foi de R\$ 4.605 (R\$ 388 em 31 de dezembro de 2021). O valor do imposto de renda que deixar de ser pago em virtude de sua redução pelo benefício fiscal não poderá ser distribuído aos acionistas sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, conforme determina o artigo 19, §§ 3º e 5º, da Lei nº 12.973/14.

Imposto diferido

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação aos créditos e perdas tributários e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos encontram-se demonstrados como segue:

	Balancos patrimoniais		Resultado		Outros resultados abrangentes	
	31.12.2022	31.12.2021	2022	2021	2022	2021
Tributos diferidos ativos:						
Varição cambial não realizada	69.209	-	69.209	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	18.722	-	18.722	-	-	-
Arrendamento - CPC 06 (R2)	39	6.142	(6.103)	-	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	-	1.012	(1.012)	(435)	-	-
Varição cambial	-	51.086	(51.086)	(71)	-	-
Outras provisões	10	18	(8)	203	-	-
	87.980	58.258	29.722	(303)	-	-
Tributos diferidos passivos:						
Varição cambial	(29.947)	(11.062)	(18.885)	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(48.815)	(41.594)	(7.071)	(6.891)	(150)	-
	(78.762)	(52.656)	(25.956)	(6.891)	(150)	-
Total	9.218	5.602	3.766	(7.194)	(150)	-

16. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

16.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da transação	Vigência	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		Passivo	Passivo	Despesa	Despesa
Compartilhamento das despesas comuns	Janeiro de 2022 a dezembro de 2026	(786)	(1.447)	(3.567)	(3.519)
Redução de capital (nota 11)		(48.835)	-	-	-
Total		(49.621)	(1.447)	(3.567)	(3.519)

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16.2 Empresas em controle em comum

Natureza da transação e parte relacionada	Vigência	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Compra de energia		-	(2.686)	-	-
Enel Green Power Ituverava Solar S.A		-	(2.646)	-	-
Enel Green Power Tacaicó Eólica S.A		-	(34)	-	-
Enel Green Power Delfina A Eólica S.A		-	(3)	-	-
Isamu Ikeda Energia S.A.		-	(3)	-	-
Compartilhamento das despesas comuns		(4.384)	(1.698)	-	-
Enel Green Power Ituverava Solar S.A		(3.178)	(532)	-	-
Enel Green Power Horizonte MP Solar S.A		(18)	(18)	-	-
Enel Green Power Tacaicó Eólica S.A		(374)	(340)	-	-
EGP DELFINA A EOLICA SA		(3)	-	-	-
Enel Green Power Desenvolvimento Ltda.	Janeiro de 2022 a dezembro de 2026	(13)	(13)	-	-
Enelpower do Brasil Ltda.		(651)	(651)	-	-
Isamu Ikeda Energia S.A.		(140)	(137)	-	-
Socibe Energia S.A.		(4)	(4)	-	-
Apiacás Energia S.A		(3)	(3)	-	-
Suporte operacional		(18.734)	(20.974)	-	-
Enel Green Power S.p.A.	Janeiro de 2017 até o término dos serviços	(18.734)	(20.974)	-	-
Transporte de energia		(2)	(2)	(19)	(19)
Enel Cien S.A	Até o final da concessão	(2)	(2)	(19)	(19)
Total		(23.120)	(25.360)	(19)	(19)

Compartilhamento das despesas comuns: O contrato tem por objeto a regulação dos direitos e obrigações das fruidoras em relação à fruição de “Utilidades comuns”, definindo as atribuições de cada uma das partes na execução de tarefas, bem como os critérios de alocação, de modo que sejam distribuídos, de maneira proporcional e racional, os custos e despesas passíveis de compartilhamento, gerando eficiência de escala na administração das atividades a que se dedicam as partes.

Compra e venda de energia: Contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos, no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), observando-se os preços e condições usuais de mercado.

Transmissão de energia: O contas a receber com geradoras são referentes ao suprimento de energia ACL, com liquidação em até 30 dias.

Outras contas a pagar: Saldo a pagar para as parceiras do grupo referente a despesas pagas por essas parceiras em nome das geradoras.

Suporte Operacional: Referente a projetos de engenharia, aquisição e construção, sem transferência de tecnologia ou know-how, se dá através de i. prestação de consultoria e aconselhamento sobre questões relativas ao projeto; ii. Aconselhamento oral e escrito de peritos das várias categorias de serviços; iii. Fornecimento de informações factuais e recomendações que permitem melhorias na implementação do projeto; iv. Participação na execução do projeto; v. designação de pessoa responsável pela coordenação do recolhimento e tratamento de informações.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não há remuneração de Administradores na Companhia em 2022 e 2021.

17. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos/débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são como segue:

Categoria	Nível	31.12.2022		31.12.2021		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	8.366	8.366	4.228	4.228
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	13	13	11	11
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		33.878	33.878	89.096	89.096
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	2	70.590	70.590	80.410	80.410
			112.847	112.847	173.745	173.745
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	29.759	29.759	27.907	27.907
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	Custo amortizado	2	169.305	154.619	197.967	160.603
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	Valor justo por meio do resultado	2	162.009	119.088	225.602	225.602
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	593	593	2.532	2.532
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	2	3.393	3.393	451	451
Ressarcimento mercado regulado	Custo amortizado	2	2.657	2.657	18.562	18.562
Total			367.716	310.109	473.021	435.657
Total			480.563	422.956	646.766	609.402

17.1 Instrumentos financeiros derivativos

A estimativa do valor de mercado das operações de derivativos foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de dezembro de 2022. Os valores da curva e de mercado dos instrumentos financeiros de 31 de dezembro de 2022 estão dispostos abaixo:

Instrumento	Contraparte	Data do contrato	Data do vencimento	Posição	Valor na curva	Valor justo (contábil)	Diferença
SWAP	Santander	30/03/2017	01/12/2031	USD Libor + 1,76% x BRL CDI + 2,05%	67.197	66.760	438
SWAP	Santander	22/12/2017	15/12/2027	EUR + 2,28% x BRL CDI + 2,16%	33.285	50.329	(17.044)
					100.482	117.089	(16.606)

Análise de sensibilidade sobre os instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças na moeda estrangeira da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de mensurar os impactos decorrentes de mudanças em variáveis de mercado, considerando como cenário mais provável para a realização nos próximos 12 meses a projeção dos indicadores divulgados de acordo com a curva futuro dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
CHINA 4131 ITUVERAVA	8.869	23.082	14.213	35.075	26.206
SAN 4131 ITUVERAVA	8.521	22.177	13.656	33.700	25.179
SAN 4131 ITUVERAVA PA	(17.390)	(45.259)	(27.869)	(68.775)	(51.385)
SAN 4131 ITUVERAVA PP	16.107	19.346	3.239	22.499	6.392
PROPARCO 4131 ITUVERAVA	14.003	39.751	25.748	61.146	47.143
PROPARCO 4131 ITUVERAVA PA	(14.003)	(39.751)	(25.748)	(61.146)	(47.143)
PROPARCO 4131 ITUVERAVA PP	17.962	21.547	3.585	25.038	7.076
Total	34.069	40.893	6.824	47.537	13.468

A Companhia se encontra exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam os negócios da Companhia e podem ser assim resumidos:

17.2 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco principais: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial (que não afeta a Companhia neste momento, dado as suas operações atuais).

17.3 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis, além das variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, ambas atreladas ao CDI. A Administração entende que o risco de grandes variações nas taxas de juros mencionadas é baixo, levando em conta a natureza do investimento e o histórico de variação do indexador, além das perspectivas atuais de mercado.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos do resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros de 2021 fossem iguais as esperadas para os próximos 12 meses, segundo projeções baseadas na curva futura da B3, considerando a taxa de juros contratual (índice + spread). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável (índices projetados divulgados pela B3).

Indexador do contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
CDI	34.070	40.893	6.823	47.537	13.467
Total	34.070	40.893	6.823	47.537	13.467

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



17.4 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras mantidos pela Companhia.

Contas a receber

A Administração da Companhia entende que o risco de crédito se encontra mitigado de forma substancial, em função da reputação destas empresas, mercado onde atuam e do histórico de ausência de perda na realização das contas a receber, resultando na avaliação do risco de crédito como baixo.

Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

17.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de debêntures, empréstimos e financiamentos da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2022						
Empréstimos e financiamentos - pré fixados	-	-	28.794	87.496	75.292	191.582
Empréstimos e financiamentos - pós fixados	13.382	-	15.077	110.834	98.435	237.728
Total	13.382	-	43.871	198.330	173.727	429.310

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de instrumentos financeiros derivativos da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
30 de setembro de 2022						
Swaps de taxa de juros	-	7.649	12.846	(16.194)	(50.178)	(45.877)
	-	7.649	12.846	(16.194)	(50.178)	(45.877)

17.6 Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

17.7 Gestão de capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da Companhia em um fator médio ponderado. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Administração.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido, conforme detalhado a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos	331.315	423.569
Instrumentos financeiros derivativos	(100.482)	(166.523)
Dívida	230.833	257.046
Caixa e equivalentes de caixa	(8.366)	(4.228)
Títulos e valores mobiliários	(13)	(11)
Dívida líquida	222.454	252.807
Patrimônio líquido	282.943	307.506
Índice de endividamento líquido	44%	45%

18. Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros cujos limites de indenização são considerados suficientes para cobrir prejuízos com eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos cobertos	Vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia (sinistro)
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/22	31/10/23	435.174	5.186.149
Responsabilidade civil geral	31/10/22	31/10/23	n/a	104.946
Responsabilidade civil de administradores	10/11/22	10/11/23	n/a	77.618
Riscos ambientais	31/10/22	31/10/23	n/a	103.723

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral, o valor limite contempla todas as empresas do grupo.

19. Eventos subsequentes

Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, relacionadas a decisão do STF – Superior Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.